Japoneses no Brasil: os diferentes processos migratórios em São Paulo e Amazonas (1908 – 1936)

Daniel Ayrton Santos Lima[1]

RESUMO

O estudo em questão está inserido na linha de pesquisa de Migrações, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e busca, como temática central, apresentar e diferenciar os rumos que as imigrações japonesas nos Estados de São Paulo e Amazonas obtiveram durante a primeira metade do século XX. A periodização das migrações nipônicas, que estão evidenciadas no trabalho, que se diferenciam e os diversos objetivos da chegada dos japoneses nestes locais foram fatores que influenciaram na ocupação e medidas politicas do governo brasileiro nestas duas localidades.

Palavras-chave: Imigração Japonesa; História Comparada; São Paulo; Amazonas.

1 INTRODUÇÃO

A Imigração Japonesa, do que trata este artigo, refere-se aos movimentos migratórios no Brasil, como temas de discussões internacionais, quanto ao seu caráter heterogêneo em temporalidade, quantidade e objetivo. Atrasados há mais de um século, em relação aos migrantes europeus, os japoneses aportaram em Santos no início do século XX, mais precisamente no ano de 1908, embora se saiba da presença japonesa em anos anteriores como viajantes independentes[2], com o objetivo de substituir a mão de obra escrava no Estado.

Contextualizando a questão migratória nipônica, faz-se necessário aludir ao momento em que o Japão caminha entre três períodos: Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea, que será abordado ao longo deste artigo. E, é deste ponto, que este artigo passa a tecer alguns comentários, considerando o recorte que compreende os anos de 1908 a 1936, privilegiando a diferença das migrações ocorridas entre os estados de São Paulo e Amazonas, bem como dos conceitos que pleiteiam esta pesquisa.

Para tal, é preciso entender as outras vertentes que rodeiam estas perspectivas e que serão necessárias para compreender as migrações acerca desta temática. A primeira vertente seria política, relacionando as leis dos imigrantes e os acordos realizados entre

[1] Daniel Ayrton Santos Lima. Mestrando de História, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM – e-mail: daniel_ayrton_lima@icloud.com

[2] Para mais ver: http://anaisdosappil.uff.br/index.php/VISAPPIL-Ling/article/view/278

os governos para a execução do processo migratório; em outro âmbito essa vertente política influenciaria no entendimento da situação econômica, das regiões tratadas, e como ocorreu o desenvolvimento das colônias.

2 DESENVOLVIMENTO

Para entender o início deste processo migratório é preciso compreender que o Japão passou por dois importantes momentos: no primeiro momento pelo isolamento mundial entre os séculos XVI-XIX, devido a presença portuguesa no país - que consistia nos trâmites de especiarias, rotas marítimas e um novo espaço de expansão imperial na costa leste japonesa -, como também com a expansão do cristianismo no país, iniciado pelos líderes damiyos, o que para os Xoguns[3] Tokugawa[4] era similar a uma ameaça política.

No segundo momento, com a chegada do comodoro Matthew Perry[5] marcando o início da transição do cenário politico, social e econômico do país, por meio de um processo de Revolução Industrial posterior à segunda metade do século XIX. Tais marcos caracterizaram o inicio da Era Meiji[6]; a remoção de um modelo estruturado durante quatro séculos chamado *Bakuhan* – que consistia em uma espécie de feudalismo europeu[7] –; a deterioração dos trabalhos manufatureiros[8] e a adoção de uma nova mão de obra, causando o excedente êxodo rural.

Após a reestruturação política do Japão, posterior a Guerra Boshin[9] e a entrada do Imperador Meiji ao poder, o império *Bakufu*[10] finda, e o Japão passa para o acelerado

---

[3] Shogum ou Xogun significa comandante do exército, que possuía o poder militar e político. O mais importante Shogunato foi o da família Tokugawa que controlou o Japão durante 250 anos. Durante esse tempo a família imperial esteve confinada em seu palácio desempenhando apenas um papel simbólico

[4] Foi uma ditadura militar feudal estabelecida no Japão em 1603 por Tokugawa Ieyasu e governada pelos xoguns da família Tokugawa até 1868. O xogunato Tokugawa reinou do castelo de Edo até a Restauração Meiji, que acabou definitivamente com os xogunatos.

[5] Militar americano enviado a Uraga (antiga cidade portuária japonesa, da baía de Tóquio) pelo então presidente dos EUA, Millard Fillmore, com o objetivo de solicitar ao Japão, através de uma carta enviada aos líderes xogúns, que abrisse os portos para o comércio exterior com o país.

[6] Governo Iluminado.

[7] Comparação esta adotada por muitos pesquisadores da temporalidade para exemplificar.

[8] Ver: http://hdl.handle.net/10400.2/3537

[9] Guerra civil-militar que ocorreu entre as forças imperiais japonesas e os líderes militares dos Xogúns, culminando com o fim do Xogunato, em meados de 1869, quando os mesmos retiram-se de Edo e passaram a habitar na ilha de Hokkaido, ao norte do Japão.
Ver (TORRES, 2013). http://hdl.handle.net/10400.2/3537 (Visitado dia 08/03 às 11h33min).

processo de modernização do mundo. A partir deste momento, o Japão imerge em meio a evoluções bruscas causando uma quebra no sistema econômico. Essa quebra gerou:

> [...]
> b) a implantação da indústria pesada, associada a medidas de modernização seletiva, com a substituição da produção artesanal pelas importações, gerando desemprego, falências e a desorganização daquele setor;
> c) a queda dos preços do arroz para os pequenos produtores, assim como os pesados impostos em moeda (anteriormente os impostos eram em produtos) sobre as propriedades 12 agrícolas dos camponeses, contribuiu para que, cerca de 367 mil camponeses perdessem seu patrimônio, num acelerado processo de concentração fundiária (WOORTMANN, 1996).

Desse modo, percebe-se que estes foram os motivos principais das emigrações japonesas. Consequentemente, no final do século XIX, iniciou-se o processo de imigração japonesa para países como: EUA, Canadá, Havaí, Ilhas do Pacífico e países latino-americanos. A relação com o Brasil somente pôde ser concretizada devido à abolição da escravatura que extirpava o uso da mão de obra negra no país.

O Brasil, que possuía imigrantes alemães, italianos, espanhóis e sírio-libaneses passou a demonstrar interesse pela mão de obra asiática e, em 1895, assinou o Tratado de Comércio, Amizade e Navegação efetivando, treze anos depois, o início da Imigração para São Paulo, na cidade de Santos. A pluralidade dos movimentos migratórios japoneses no país, que seguiram após a segunda década do século XX, refletiu no interesse do governador Antônio Emiliano, do estado do Pará, em conceder terras para os migrantes japoneses.

A concessão constava de uma alocação territorial de 1.000.000 de hectares por um prazo de 50 anos, a fim de que a imigração pudesse identificar e assentar 10.000 famílias japonesas que usariam as terras em trabalhos de agricultura e criação de gado, podendo construir estradas de ferro e de rodagem, montar estabelecimentos industriais, realizar serviços de navegação, organizar cooperativas de credito agrícola, bancos de depósitos e desconto (REIS, 1982).

---

[10] Nome dado ao sistema político-social que perdurou durante a dominação Tokugawa no Japão.

A partir da segunda metade da década de 20, as colônias no estado do Pará e Amazonas iniciam seus processos de implantação. Nesse mesmo período, o cenário político do país começava a mudar com a criação de leis que coibiam o movimento de migrantes no território nacional, no governo de Getúlio Vargas, a partir da década de 30.

No decorrer desta temporalidade, faz-se notar os rumos que estes migrantes japoneses percorreram em dois estados distintos no Brasil: Amazonas e São Paulo. A periodização das migrações nipônicas que se diferenciam e os diferentes objetivos da chegada dos japoneses nestes locais foram fatores econômicos que influenciaram na ocupação e medidas politicas do governo brasileiro nestas duas localidades.

O primeiro contingente de imigrantes japoneses chegou no dia 18 de junho de 1908, no porto de Santos. Era composto de 800 pessoas (781 imigrantes sob contrato, 10 imigrantes espontâneos e outros). Esse grupo era comandado por Ryo Mizuno, diretor presidente da Kôkoku Shokumin Kaisha (Companhia Imperial de Emigração) e os demais encarregados da emigração. As autoridades paulistas acharam conveniente que os primeiros imigrantes se concentrassem em poucas fazendas. Assim, do contingente de 781 imigrantes que deram entrada na Hospedaria dos Imigrantes na capital paulista[11].

Porém o início da vivência em São Paulo mostrou uma realidade diferente daquela prometida nas propagandas aos imigrantes no Japão e muito menos daquela sonhada pelos japoneses. Não bastasse as acomodações precárias e a jornada dura de trabalho pesado, ainda havia a questão dos baixos salários, que mal eram suficientes para arcar com as despesas básicas da família.

Gerando as dívidas que consistiam em despesas das viagens, remédios, materiais de uso, hospedaria, ou seja, o pagamento de uma parte gerava endividamento de outra tornando o trabalho continuo e semiescravo. Segundo Takenaka (2003) ocorreram vários casos de fugas das fazendas durante a noite de famílias inteiras ou de agregados

[11] Esses números dos imigrantes destinados às fazendas diferem de Handa (1987, p. 17). Segundo esse autor foram 773 pessoas, sendo 586 homens e 187 mulheres, que foram distribuídos da seguinte forma: 152 (24 famílias de Okinawa) para a Fazenda Canaã; 173 (23 famílias de Okinawa) para Fazenda Floresta; 101 pessoas (27 famílias vinda de Kagoshima) para Fazenda São Martinho; 88 pessoas (23 famílias de Kagoshima, Koichi e Niigata) para Fazenda Guatapará; 210 pessoas (52 famílias vindas de Fukushima, Kumamoto, Hiroshima, Miyagi e Tókio) para Fazenda Dumont; 49 pessoas (15 famílias de Yamaguchi, Aichi e outras províncias) para Fazenda Sobrado.

que, sentindo-se enganados pelas propagandas divulgadas e pela Companhia de Colonização, não se sentiam na obrigação de cumprir o contrato assinado.

Outros foram procurar empregos nas docas do Porto de Santos ou ainda como empregados domésticos. Handa resume as causas do fracasso dessa primeira tentativa, pelo prisma dos imigrantes japoneses, da seguinte forma:

> 1. O terem vindo com o objetivo de rapidamente fazer fortuna. Para tanto, sacrificaram-se demasiadamente com empréstimos a juros elevados para a despesa com a passagem. E não se pôde economizar na fazenda de café desde primeiro dia de trabalho. (sic)
> 2. O fato de ter sido feito sem muito cuidado o arranjo da família. [...] Gente das, mais diferentes ambições juntou-se em uma aparente família [...]
> 3. O fato de haver famílias de elementos não lavradores, ou que não tinham aptidões para a agricultura. Tal gente não conseguiu suportar o trabalho no Brasil, principalmente sob os olhos do fiscal e em regime de escravidão. [...]
> 4. O fato de a convocação ter sido por gente que não conhecia o Brasil, através de grandiloqüentes propagandas em diversas localidades. Este fato chegou a constituir-se numa das causas determinantes da desilusão sentida pelos imigrantes[12].

Na leitura de outros relatos o entendimento do que ocorrera nas fazendas de café era primeiramente: a maioria das fazendas estava com as plantações envelhecidas e naquele ano a safra fora uma das piores devido à seca; segundo, havia certa preferência em conceder as melhores plantações para outros imigrantes, principalmente italianos, que já se encontravam nas fazendas há mais tempo; terceiro, o preço pago pela colheita era muito aquém do prometido. Como é o caso especificado por Handa (1987):

> Ainda que se leve em conta que se tratava dos bons tempos do mil-réis, o trabalho de uma pessoa rendia apenas 20 centésimos de iene com o ganho diário de 1 mil-réis (0,60 iene) conseguido por uma família de três membros. Segundo a propaganda da companhia _uma pessoa pode colher 3 sacos. Uma família de 3 pessoas 9 sacos. O rendimento de um dia é de 5,4 ienes. Desse jeito, não havia

[12] (HANDA, 1987, p. 58)

> imigrante que agüentasse: é obvio que se perdia até a vontade de trabalhar.[13]

Significa que a maioria dos imigrantes não suportou o prazo do contrato, e com o passar do tempo, fugiram das fazendas e formaram outras colônias agrícolas por intermédio dos patrícios, que passaram a comprar pequenas propriedades, ou ainda se debandavam para núcleos urbanos formando o inicio do bairro da Liberdade – hoje conhecido como o maior bairro nipônico em todo o país.

Durante o ano de 1915, a primeira colônia japonesa no Estado de São Paulo é assentada. A colônia Hirano, fundado por Unpei Hirano, foi a colônia que demarcou o inicio da colonização japonesa no Brasil devido as diversas situações que ocorreram – pragas, geada, doenças – que serviram como exemplo para as futuras colônias estudarem a demarcação das terras, a fertilidade do solo e o clima.

No decorrer da década de 20, diversas outras colônias em São Paulo foram fundadas com objetivo, em sua maioria, para a utilização do solo e o cultivo da monocultura de arroz, soja e algodão. Outros, como a colônia Aliança em 1924, tinha como ponto principal a fixação dos japoneses em terras brasileiras. Em contraponto a colonização de São Paulo, os nipônicos iniciam durante a segunda metade da década de 20 o processe migratório para a região norte do país.

Durante o ano de 1923 o governador do Pará, Antônio Emiliano de Sá usa Castro envia à embaixada do Japão no Rio de Janeiro uma correspondência demonstrando seu interesse em obter imigrantes nipônicos no Pará. Em resposta, o embaixador do Japão Shichita Tatsuke envia o pedido ao Ministro das Relações Exteriores do Japão. Tomando conhecimento da visita de Shichita Tatsuke ao estado do Pará, Efigênio Salles, então governador do estado do Amazonas, envia um convite para que o embaixador e sua comitiva visitem o estado. O acordo assinado pelo Kinroku Awazu, secretário e intérprete do embaixador, constava de uma concessão de 1.000.000 de hectares de terras.

As discussões que precedem a concessão de terras no Estado do Amazonas são abordadas por REIS (1982), quando aborda a criação de uma companhia intitulada

[13] (HANDA, 1987, p. 40)

Companhia Comercial Brasileira de Colonização, Agricultura, Criação de Gado, Fabricação de Sal, Minerais visada apenas para a Região Norte, durante o século XIX. Visto da criação com uma série de benefícios ao Estado do Pará e a ilha de Marajó com a tentativa de imitar processos repetidos em África e Ásia, durante séculos anteriores.

A tentativa de aplicação do mesmo processo na Amazônia era impensável devido a quantidade de capital da região. Por isso, dois processos foram analisados para que o investimento externo adentrasse na região. O primeiro deles seria uma tentativa de empréstimo de banqueiros americanos ao Estado para que as dinâmicas econômicas voltassem a fluir. Após escrever a proposta e a pedido do empréstimo de 10.000.000 de dólares dos banqueiros, o Estado se comprometeria a retornar a divida em ate 30 anos; pagaria com 8% ao ano os juros; promoveria a iniciação de uma linha de navegação, por meio de vapores de grande tonelagem.

Porventura, retornaria uma isenção de impostos por utilização de prédios estaduais; aumentaria a taxa de amortização de empréstimos sempre que a arrecadação de receitas for superior às orçadas; não emitir apólices internas E contrair novos débitos e empréstimos com outros países e/ou com os de mesmos[14].

O Governo Federal obteve tais informações dos banqueiros estadunidenses, após a proposta ser oferecida pelo Governo do Estado do Amazonas para os mesmos. Logo em seguida, fora entendido que não somente inferia ao Governo Estadual tomar tal decisão, visto que a mesma afetaria o país em si, e disserta em uma carta, enviada do Rio de Janeiro, durante o ano de 1922, sobre o patriotismo que era necessário ter perante a entrada de alienígenas no país[15].

O segundo processo, que norteia a vinda dos japoneses para a região, é a concessão de terras. A primeira concessão ocorrera em 1927 para os japoneses Gensabure Yamanashi e Kinraku Awazu e posteriormente ao nipônico Kosaku Chishi, concessão esta que teve apenas 25.000 hectares. Ambas precisavam cumprir, em escalas menores, os pontos expostos por Reis:

---

[14] REIS, Artur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional.* 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Manaus: SUFRAMA. 1982 p. 133-146

[15] Termo usado para referir-se ao estrangeiro que não conseguiria adaptar-se aos padrões de vivencias dos nacionais. Outro termo utilizado, anterior a este, era quistos sociais.

> [...] O concessionário obrigava-se a, no prazo de 50 anos, introduzir e localizar 10.000 famílias japonesas que usariam as terras em trabalhos de agricultura, criação de gado, podendo construir estradas de ferro e de rodagem, montar estabelecimentos industriais, realizar serviços de navegação, organizar cooperativas de credito agrícola, bancos de depósitos e desconto. [...][16]

Houve, no entanto, diversos protestos e interlocuções contra a ida dos imigrantes japoneses para a Amazônia. A principal delas seria a presença de um largo grupo em um lugar distante e não ocupado territorialmente em larga escala pelos nacionais. Reis ressalta um ponto importante que é também analisado por CASTRO (1979) quando fala sobre essa presença do japonês antes da sua ida. Além da apropriação do termo quisto racial tornar-se mais frequente é preciso entender que o povoamento no Estado, na época, era de um grau de 1,03 habitante por quilometro quadrado – sendo a área total do Estado de 3.554.000.

Ainda seguindo os precedentes da entrada dos migrantes japoneses na região, HOMMA (2011) relata que a dificuldade da aproximação inicial, de caráter contratual, para com a terra concedida, fora de diversos fatores que continuavam a se repetir. Exemplo disso seriam as migrações e investimentos de capital externo da Inglaterra, França e Estados Unidos na região, durante a primeira metade da década de 20 que se comprometiam em medidas contratuais, porém nunca realizaram todas as cláusulas do contrato.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da entrada dos migrantes no país, a quantidade de trabalhos alternativos no porto de Santos gerou atualmente o bairro da Liberdade em São Paulo, o que permitiu a renda para a compra de terras e enfim tornarem-se colonos. E que, no decorrer dos anos, as terras foram concedidas a partir de acordos tratados entre o Governo Estadual do Pará e Amazonas e o Governo do Japão.

Tais desenvolvimentos das migrações em ambos os lugares possuíam objetivos e ocupações diferentes, independente da temporalidade entre ambas, e a análise destes

[16] Ibidem. p 142

caminhos por qual estes migrantes percorreram serão evidenciados no trabalho completo de dissertação, do qual este artigo faz parte.

No entanto a pesquisa, ainda, deixa em aberto outras questões que não puderam ter sido sanadas no decorrer da mesma. Exemplo disto: como ocorreu o retorno das migrações japonesas para o Estado – pós Conselho de Migração criado por Getúlio Vargas – e de que forma as fábricas de origem japonesa vieram para o polo industrial; a relação social existente no tramite de comercio entre os amazonidas e os japoneses; de que forma o bairro da liberdade fora sendo desenvolvido com o decorrer das décadas.

Visto que a pesquisa torna-se uma gama de possibilidades para novos caminhos e discussões, cabe às futuras indagações contemplarem os pontos expostos e trabalhados neste artigo.

4 REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARAUJO, Carlos. **Histórico da Imigração Japonesa no Estado do Amazonas**. UA. 1998.

BARROS, José D'Assunção. **O tratamento historiográfico de fontes dialógicas**. Revista expedições: Teoria da História e historiografia. Ano 3, n.4, julho de 2012.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio na França e na Inglaterra**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

BOURDIEU, P. **A ilusão Biográfica**. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 185.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual e habitus de classe** [1970]. In:_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992. pp. 183-202.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** RJ: Zahar, 2008, p. 48-60.

_____. **Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro**. In: A

Escrita da História Novas perspectivas. Peter Burke (org.) Tradução: Magda Lopes. Editora Unesp, 2011.

CARDOSO, Ciro F. S. **Como elaborar um projeto de pesquisa. Uma introdução à História**. Editora Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASTRO, Fernando Moreira de. **Cinquenta anos da imigração japonesa na Amazônia**. Belém – 1979

HASHIMOTO, F.; LEIKO TANNO, J; Setuyo Okamoto, M. (orgs). **Cem anos de imigração Japonesa: historia, memória e arte**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada**. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 13.

HALL, John Whitney. ***The bakuhan System***. In: Cambridge History of Japan, vol. 4: Early Modern Japan, ed. Hall (Cambridge: Cambridge University Press, 1991), p. 151-153.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003.

JANSEN, Marius B. ***The making of Modern Japan***. The Belknap press of Harvard University Press.2000. p. 371-411.

LEE, E. S. (1966). **Uma teoria sobre a migração**. In: MOURA, H. A. (org.) Migração interna, textos selecionados. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 89-114, 722p.

LESSER, Jeffrey. **A Negociação da Identidade: Imigrante, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

LEVY, Maria Stella Ferreira. **O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972***)*. Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDI) da Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 1974 p.50.

MASAHIDE Bito; WATANABE. ***Esbozo cronológico de la historia del Japón***. International Society for Educational Information, Inc., 1984.

MELLO, Clélia. **Tozai, Tozai: os dekasseguis nos movimentos diaspóricos japonês e brasileiro**. Apresentação de Trabalho/Simpósio no Congresso Fazendo Gênero 9, 2010, Florianópolis, UFSC. 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278298611_ARQUIVO_cleliamello_fazendogenero1.pdf. Acessado em 03-02-2012.

PERRY, Matthew Calbraith. ***The Japan Expedition, 1852–1854***; the personal journal of Commodore Matthew C. Perry. Edited by Roger Pineau. (Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1968) p. 155.

SAITO, T. **À margem da contribuição de japoneses na horticultura de São Paulo**. In: SAITO, H e MAEYAMA, T. *Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil*. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973. p. 189-200.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Suframa, 1982.

SÁ. Michele Eduardo Brasil de. **A imigração japonesa no Amazonas à luz da teoria das relações internacionais**. Manaus. EDUA, 2010.

SAITO, Hiroshi. **O japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação**. São Paulo, Editora

SATO, Francisco Noriyuki. **História da Imigração Japonesa no Brasil - Banzai!**. São Paulo: NSP Hakkosha Editora, 2008. 176 p.

SAYAD, Abedelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998.

THOMPSON, E. P. **Folclore, antropologia e história social**. In: NEGRO, Luigi Antonio, SILVA, Sergio (Orgs.). As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

TSUTSUMI, Gota. **Alvorada da imigração japonesa na Amazônia – seguindo as pegadas da Missão Fukuhara**. In: Livro de 20 anos da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Pará. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2006, pp. 196-2007.

WAWZYNIAK, Sidinalva Maria. **A colônia como representação: Imigração japonesa no Brasil**. *In: Cem anos de imigração Japonesa: historia, memória e arte* / Francisco Hashimoto, Janete Leiko Tanno, Monica Setuyo Okamoto (organizadores). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

WOORTMANN, Ellen F. ***A Imagem do Japão e dos Japoneses: a visão de Brasília***. In: Instituto Iberoamericano. (Org.). La Imagen de los Latinoamericanos sobre el Japon y los Japoneses. La Imagen de los Latinoamericanos sobre el Japon y los Japoneses. 1ed.Tóquio: Universidad Sofia, 1996, v. 1, p. 21-26.